

## SELEÇÃO DE MONITORIA 2023 – ECONOMIA POLÍTICA – GABARITO

**Banca:** Professora Carolina Miranda Cavalcante

Professor Mauro Osório

Escolha **duas questões** elencadas abaixo e responda. Cada questão vale 5,0 pontos, perfazendo um total de 10 pontos. Atenção: responda **apenas duas questões**; serão anuladas as provas com mais de duas questões respondidas.

1. Disserte sobre a compreensão de economia formulada no âmbito da Economia Política, comparando-a com as modificações na definição do objeto da economia que vieram no bojo da Revolução Marginalista.

A Economia Política compreende autores e escolas de pensamento diversos como a Fisiocracia, a Escola Clássica de Adam Smith, David Ricardo e outros, bem como o pensamento de Karl Marx. A Economia Política surge como o primeiro conjunto de ideias econômicas sistematizadas no âmbito do que podemos chamar de escolas de pensamento. Apesar da multiplicidade conceitual existente entre os autores que podem ser agrupados nesta abordagem da economia, existem elementos comuns como a análise holística do objeto econômico a partir do circuito produção-distribuição-acumulação. Além desta abordagem sistêmica das relações econômicas, os economistas políticos não reduziam o campo social mais amplo às relações puramente mercantis. Autores como Smith, Ricardo e Marx, ainda que abordando a questão do valor de forma distinta, eram adeptos da teoria do valor-trabalho, sustentando que a origem do valor das mercadorias advinha do trabalho humano. Importante notar que essa teoria do valor não era compartilhada por todos os autores reunidos no âmbito da abordagem da Economia Política.

A Revolução Marginalista, liderada por Carl Menger, Stanley Jevons, Leon Walras e Alfred Marshall, inicia um processo de redefinição do objeto da Economia e de seus instrumentos teóricos. Enquanto os economistas políticos entendiam a economia enquanto um sistema de produção-distribuição-acumulação, partindo de uma perspectiva que atualmente podemos chamar de macroeconômica, os marginalistas viam o problema econômico a partir de uma perspectiva microeconômica, com foco no agente individual. A questão passa a ser a psicologia dos agentes individuais – como fazem escolhas (sob escassez) e tomam decisões econômicas. Outra modificação importante concerne à teoria do valor. Enquanto os economistas políticos entretinham uma teoria objetiva do valor (teoria do valor-trabalho em Smith, Ricardo e Marx), os

marginalistas desenvolveram uma teoria subjetiva do valor (teoria do valor-utilidade), baseada no par escassez-utilidade. Os marginalistas fornecem os elementos fundamentais da moderna Microeconomia, mais tarde também se estendendo à Macroeconomia através da ideia dos microfundamentos dos resultados macroeconômicos. Enquanto podemos observar uma pluralidade teórica e metodológica significativa entre os Economia Políticos, entre os Marginalistas a unidade conceitual e metodológica (mecanismo de substituição na margem, escolha sob escassez) é uma característica importante.

## 2. Defina inflação. Disserte brevemente sobre as principais causas da inflação.

A inflação pode ser definida como o aumento generalizado e persistente do nível de preços da economia, sendo medida por índices de preços como o IPCA, INPC e o IGP-M. A inflação pode ter causas concretas (inflação de demanda e inflação de oferta), pode se instaurar e se reproduzir sem eventos econômicos concretos que a induzam (inflação inercial e inflação de expectativas), podendo ainda ser explicada com base nas estruturas produtivas de uma economia (inflação estrutural).

As principais causas da inflação podem ser observadas nos movimentos da oferta e da demanda por bens, serviços e fatores de produção. A inflação de demanda ocorre quando a demanda se encontra em patamar superior à produção de bens e serviços. Esse aumento na demanda pode advir do consumo das famílias, do investimento das firmas na atividade produtiva e/ou da ampliação de gastos governamentais. Importante notar que apenas o aumento da demanda não gera inflação, posto que um aumento na demanda acompanhado por um aumento na oferta de bens, serviços e fatores de produção tende a gerar um efeito estabilizador sobre o nível de preços.

A inflação de oferta pode ser de custo ou de lucro. No primeiro caso, os preços aumentam porque as firmas verificam um incremento em seus custos de produção, os repassando para o preço dos bens e serviços finais. Os custos produtivos podem aumentar quando os custos com bens (intermediários ou de capital) importados aumentam em virtude de um câmbio mais desvalorizado (moeda estrangeira mais cara), quando acontecem aumentos salariais acima dos incrementos na produtividade do trabalho, ou pelo incremento nos preços de insumos produtivos que se tornam por algum motivo escassos. Um dos motivos pode ser, por exemplo, uma crise climática que afeta a produção de alimentos ou dificulta o transporte de mercadorias. Outro exemplo, foi o que ocorreu no período da pandemia da Covid-19, em que a paralisação da produção em diversos países desarticulou a oferta internacional de bens, gerando escassez e um processo inflacionário.

No segundo caso, a inflação de oferta está associada à capacidade de empresas com poder de monopólio ou oligopólio de elevar seus lucros, via preços mais altos, acima dos aumentos nos custos de produção. Esta é a chamada inflação de lucros, uma

modalidade de inflação de oferta. Importante notar que a capacidade das empresas de repassar aumentos nos custos produtivos para os preços finais dependerá do grau de concentração do setor produtivo no qual opera. Quanto mais próximo de estruturas de mercado concentradas, como o monopólio e os oligopólios, mais as firmas exercem seu poder de recompor seus lucros via reajuste de preços. Quanto mais concorrencial o setor, menor o poder das firmas de repassar aumentos nos custos produtivos aos preços dos bens finais.

### 3. Qual a diferença entre intervenção do Estado na economia e regulação econômica?

A regulação econômica também é conhecida como a organização de políticas horizontais, em que o Governo define as regras do jogo de um país sem incentivar algum setor econômico específico, procurando apenas estimular a competição entre as empresas e fazer com que esta competição ocorra de forma clara e cumprindo as regras. Qualquer política econômica que valha indistintamente para todos os setores econômicos de um país, nesta conceituação, não é considerada intervenção, mas apenas regulação.

Intervenção do Estado na economia é quando o governo, além de definir as regras do jogo, entra no jogo econômico estimulando especificamente algum ou alguns setores de atividade econômica. Essas políticas são também conhecidas como políticas econômicas verticais. Podem se dar por iniciativa, quando o Estado, por exemplo, cria uma empresa estatal. Podem se dar também por direção. Quando o Estado define políticas diferenciadas, dependendo do setor de atividade econômica, por exemplo no que diz respeito a crédito, tributos ou concessão de subsídios para setores específicos.

### 4. Defina sucintamente a teoria das vantagens comparativas e a crítica de Friedrich List e de Raúl Prebisch.

A teoria das vantagens comparativas foi elaborada por David Ricardo a partir de uma reformulação da teoria das vantagens absolutas de Adam Smith. Ambas as teorias se baseiam na ideia de especialização produtiva naquela mercadoria produzida com a menor quantidade de horas de trabalho. Deste modo, os países devem se especializar na produção de mercadorias nas quais verifica-se maior produtividade do trabalho. Contudo, Ricardo sugere que os países devem se especializar na produção da mercadoria que produzem de forma relativamente mais eficiente (com o emprego de menos horas de trabalho). Deste modo, cada país produzirá o máximo possível com a força de trabalho existente, gerando uma maior disponibilidade global de todas as mercadorias para todos os países participantes do comércio internacional. Ricardo ilustra sua teoria com um exemplo:

Produção	Portugal	Inglaterra
Vinho (100 garrafas)	80 horas de trabalho	120 horas de trabalho
Tecido (100 metros)	90 horas de trabalho	100 horas de trabalho

Neste exemplo, Portugal produz vinho com o emprego de uma quantidade menor de horas de trabalho que precisaria para produzir tecido, enquanto a Inglaterra produz tecido de forma mais eficiente em relação à sua capacidade de produzir vinhos. Segundo Ricardo, Portugal deveria empregar toda a sua força de trabalho na produção de vinhos e a Inglaterra deveria concentrar sua força de trabalho na produção de tecido. Deste modo, ao acessarem o comércio internacional, os dois países teriam uma disponibilidade maior de tecido e vinho que aquela que teriam se resolvessem se isolar e produzir as duas mercadorias ao mesmo tempo. A teoria das vantagens comparativas se baseia, portanto, na ideia de que a especialização produtiva, com base na produtividade do trabalho, e o (livre) comércio internacional levariam todos os países que dele participassem a uma situação de prosperidade econômica.

Friedrich List fornece uma crítica contemporânea às formulações de Ricardo, observando que nem sempre a especialização produtiva é benéfica para todos os países. List, a partir de uma Alemanha ainda não industrializada, observa que se colocar no comércio internacional sem restrições aniquilaria qualquer esforço alemão no sentido de alcançar o mesmo patamar de desenvolvimento produtivo que a Inglaterra possuía no século XIX. Isto porque, de acordo com List, as vantagens comparativas para a produção de bens e serviços entre os diversos países podem ser naturais ou construídas.

Na indústria, por exemplo, as vantagens comparativas são basicamente construídas fruto do desenvolvimento tecnológico e da ampliação produtiva da escala de produção (aumento da capacidade produtiva) que geram uma diminuição de custos.

List desenvolve a teoria da indústria infante. Faz uma analogia com a hipótese de colocar uma criança para competir esportivamente com um adulto jovem. Ou seja, países com industrialização retardatária, como era o caso da Alemanha no século XIX em relação à Inglaterra, deveriam proteger a sua indústria nascente até ela ter condições maduras de competir com a produção industrial de outros países.

As ideias de List se posicionam, principalmente, contra a ideia de que o livre comércio internacional é sempre benéfico para todas as nações independentemente do seu grau de desenvolvimento industrial.

A crítica de Raúl Prebisch vem no bojo das formulações do pensamento cepalino de meados do século XX na América Latina. Prebisch entendia que a premissa da teoria das vantagens comparativas (e das teorias liberais do comércio internacional em geral) estava incorreta, uma vez que pressupunha uma distribuição igualitária do progresso técnico entre todos os países participantes do comércio internacional. No entanto, isso não se verificava na dinâmica efetiva do comércio internacional, no qual os países mais industrializados (produtores de bens com maior valor agregado) acabavam se apropriando de parcela maior dos ganhos de produtividade gerados globalmente através das trocas internacionais. Não apenas a dotação de fatores de produção é distinta em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas também existe uma diferença relativa à elasticidade-renda dos produtos comercializados por esses dois tipos de países, o que acaba por gerar uma deterioração nos termos de intercâmbio (valor dos bens importados cresce mais rápido que o valor dos bens exportados) dos países subdesenvolvidos.